



RUMORES DA MISÉRIA, ECOS DA HISTÓRIA: A EMERGÊNCIA DO ESTEREÓTIPO DA POBREZA PIAUIENSE NOS ANOS 1950 E 1960

Elson de Assis Rabelo*

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

elson_rabelo@hotmail.com

RESUMO: Este artigo discute a produção do estereótipo da pobreza piauiense do final dos anos 1950 até os anos 1960. Atravessando diferentes domínios de enunciados, como a literatura, os discursos econômicos e as matérias de jornal, além de manter relações inextricáveis com as práticas desenvolvimentistas encetadas pelos governos populistas, o tema da pobreza piauiense era reiterado em enunciados de dentro e de fora do Piauí, na busca por soluções para a crise econômica que o Estado vivia então, e para sua inserção nas instituições que estavam sendo criadas para auxiliar o Nordeste.

PALAVRAS-CHAVE: Piauí – Estereótipo da pobreza – Identidade Cultural

ABSTRACT: This paper talks about the production of poverty's stereotype in the Brazilian state of Piauí, since the end of 1950's to the 1960's. Crossing different fields of enunciations, like the literacy, the economic discourses and the journal's texts, and keeping relations with the practices of development started by the Brazilian "populists" governments, the theme of poverty was repeated in enunciations inside and out of Piauí, in the search for solutions to the economic crisis that the state was living, and to its insertion in the departments created to help the region of Brazilian "Nordeste" (Northeast).

KEYWORDS: Piauí – Poverty's Stereotype – Cultural Identity

Ai terras pobres do Piauí.
Capins cupins. Nestas chapadas
corcoveadas de cupins,
o capim agreste não dá sustança,
o gado magro mal se mantém.

H. Dobal, **O tempo conseqüente**

A citação acima do poeta piauiense Hindemburgo Dobal, de seu livro **O tempo conseqüente**, publicado em 1966, era mais um dos discursos que ajudavam a elaborar e

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

reforçar o estereótipo da pobreza do Piauí nos anos 1960. O gemido com que se inicia o verso do poema é bem característico do lamento pela pobreza recorrente nesses anos. Ao lado da conhecida expressão “o Estado mais pobre do Brasil”, outras alcunhas iam se tornando regulares para caracterizar esse espaço, num momento marcado por importantes práticas, projetos e discussões em torno da questão da pobreza e do subdesenvolvimento do Brasil e do Nordeste.

Este texto se propõe a discutir a emergência histórica do estereótipo da pobreza piauiense em meio a diferentes campos discursivos e sua imbricação com todo um campo de práticas políticas e econômicas que pretendiam intervir no espaço, atraindo o olhar do Estado nacional para canalizar verbas para o Piauí. Partimos, para isso, da compreensão do estereótipo como uma produção cultural que é tanto repetitiva, na medida em que é reiterada e agenciada por muitas vozes dentro da sociedade, quanto metonímica, pois se fixa em determinados elementos e nega os demais, condicionando nosso olhar e nossas atitudes em relação ao outro e a nós mesmos.¹ É a força de um estereótipo como o da pobreza do Piauí, por exemplo, que determina, até hoje, a identidade cultural e o lugar que os sujeitos piauienses ocupam no cenário político e cultural brasileiro, assinalados com o signo da pobreza e assustados com o perigo do “esquecimento”.

Assim como a literatura – no poema que citamos acima de H. Dobal –, outros campos discursivos como os enunciados da Economia e as matérias de jornal tematizavam o Piauí como espaço pobre e miserável, desde meados dos anos 1950. Nessa década, aliás, a sociedade piauiense se deparava com uma grave crise econômica, ocasionada pelo colapso da economia extrativa, que a Segunda Guerra trouxera. Após o declínio da pecuária no final do século XIX, o extrativismo dos produtos vegetais se mostrara como atividade econômica de grande importância, pelo menos para as elites latifundiárias, tendo em vista que a cera de carnaúba e a borracha da maniçoba tinham aceitação industrial no mercado internacional e garantiam o domínio econômico das oligarquias do sertão. Com a crise das exportações, a pobreza se generalizava no Piauí

¹ O conceito de estereótipo de que nos apropriamos aqui se encontra em BHABHA, Homi. A outra questão. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998. p. 105-128. Sobre o estabelecimento de relações entre práticas e discursos, já incorporado na historiografia contemporânea, ver CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002. p. 61-79.

dos anos 1950, e o extrativismo dava lugar ao comércio local e à agricultura, atividades de subsistência que impunham um relativo isolamento espacial.²

A partir dessas condições de possibilidade surge, em 1957, a revista **Econômica Piauiense**, organizada pelo professor Raimundo Nonato Monteiro de Santana e que era o veículo de saber do Movimento de Renovação Cultural do Piauí, um projeto lançado por Santana e que se preocupava em reunir intelectuais para emitir discursos em diversas áreas e para interferir em práticas que retirassem o Estado da pobreza. A revista aglutinava diversos sujeitos, enunciados, propostas e temáticas acerca do espaço, reunindo textos e mensagens do bispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, de políticos, como Petrônio Portela, de professores das Faculdades de Direito e Filosofia do Piauí, como o próprio Santana e Odilon Nunes, e mesmo de literatos que escreviam sobre Economia, Geografia e História, como Álvaro Ferreira, Orlando Geraldo Rego de Carvalho e H. Dobal. O periódico entrava na própria constituição de tais sujeitos como intelectuais, pois eles sequer eram formados na área e, no entanto, se mostravam alinhados às discussões e jargões econômicos, em virtude do surgimento de um interesse epistemológico e político pela produção científica.³

A revista **Econômica Piauiense** nos indica como a Economia era um saber que possuía uma centralidade naquele período, tanto por ajudar a pensar a questão da pobreza do Piauí, como por manter uma interlocução direta com o poder do Estado nacional, que vivia o auge das políticas desenvolvimentistas do populismo.⁴ Como saber objetivo, que fosse ao mesmo tempo cientificamente neutro e politicamente pragmático, a Economia assumia lugar de destaque nas discussões sobre o Piauí e sobre o Nordeste, especialmente quando se tratava de fornecer o balanço da situação econômica, de explicar a crise piauiense, “descobrir as causas do nosso atraso” e apontar rumos para a mudança. Os artigos, de modo geral, partiam de uma experiência desoladora, de um

² Cf. MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina: Centro Piauiense de Ação Cultural, 1996. Capítulo 1; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

³ Sobre a noção de interesse no campo da produção científica e sua implicação política, ver STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 111-112.

⁴ Cf. GOMES, Ângela de C. Economia e trabalho no Brasil Republicano. In: PANDOLFI, Dulce C.; ALBERTI, Verena; GOMES, Ângela de C. (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 249-251.

Piauí empobrecido, economicamente “estrangulado”, que precisava ser classificado estatisticamente, para que, então, se apresentassem as propostas de desenvolvimento.⁵

Alinhadas a um discurso politicamente moderado na forma de defender a modernização do campo em todo o país, as propostas dos intelectuais piauienses, face à crise econômica local, falavam em explorar as potencialidades dos recursos naturais e a navegabilidade do rio Parnaíba, em industrializar a economia da cera de carnaúba e do babaçu, em eletrificar o interior do Piauí, executar um plano rodoviário, construir um porto no litoral, mecanizar a agricultura, otimizar o tratamento dos rebanhos de gado.⁶

A aposta no desenvolvimento, que viria a se concretizar ainda mais com a inclusão do Piauí na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, se, por um lado, representa uma extensão das políticas desenvolvimentistas nacionais, que pretendiam integrar os espaços brasileiros por meio da construção de rodovias, por outro lado, se revelou como uma forma de enunciar estratégica e permanentemente a pobreza piauiense. “Desenvolvimento” e “pobreza”, apesar de parecerem conceitos **opostos**, eram **justapostos** e tidos como complementares para a definição do “subdesenvolvimento” do Piauí, o qual seria uma amostra concentrada do subdesenvolvimento brasileiro. Se feitos os necessários investimentos públicos para a “recuperação do Piauí”, acreditava-se que o Brasil veria que, “[...] em espaço relativamente curto, sairemos da desagradável situação de subdesenvolvimento que embaraça os nossos passos, na caminhada para o progresso”.⁷

Raimundo Santana, ao sustentar a importância política da revista para refutar as críticas que membros das elites haviam feito à enunciação da crise econômica, ressaltava que nenhuma teoria de matriz européia poderia ser aplicada de modo abrupto à realidade piauiense, devendo-se, antes de tudo, conhecer empiricamente o espaço, para que, então, fosse proposta uma teoria. Sua “teoria”, então, postulava a necessidade de especialização dos investimentos sobre os setores produtivos que estavam em decadência no Piauí, como o gado, o babaçu e a cera; o planejamento direcionaria as

⁵ Ver **Econômica Piauiense**, Teresina: [s/e], v. I, n. 2, abril-junho de 1957.

⁶ Cf. NASCIMENTO, Osvaldo Soares do. Esboço de um projeto de desenvolvimento para o Piauí. **Econômica Piauiense**, Teresina: [s/e], v. I, n. 2, abril-junho de 1957.

⁷ RECUPERAÇÃO do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 13 de maio. 1959. Para uma discussão sobre a importância histórica dos conceitos e seu uso político, Cf. KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: _____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p. 97-118.

verbas estatais para as atividades econômicas particularizadas por áreas geográficas, alcançando-se o desenvolvimento e a integração econômica do espaço por meio da atenção sobre cada área.⁸

Em seu livro **Evolução Histórica da Economia Piauiense**, lançado em 1964, Raimundo Santana agencia os mesmos conceitos de pobreza, desenvolvimento e integração para afirmar que, historicamente, a pecuária e o extrativismo teriam configurado, no Piauí, a formação de uma economia de subsistência e estagnada, marcada pelo “círculo vicioso da pobreza”; ele dizia que os capitalistas piauienses eram basicamente comerciantes e que grande parte da renda vinha da agricultura, o que distanciava o Piauí da industrialização proposta pela SUDENE. Ainda que narre uma história continuísta, na qual o próprio termo “evolução” não tem o sentido de mudança ou aperfeiçoamento, Santana se mostra otimista em relação à integração espacial, quando o Piauí estaria saindo do “complexo rural” e do isolamento, integrando-se ao mercado regional, como espaço nordestino, e à economia nacional, através, por exemplo, das rodovias e da introdução do caminhão, este último apresentado como um incentivo ao surgimento de uma lavoura de mercado.⁹

Os enunciados de Raimundo Santana figuram de modo privilegiado entre aqueles que enunciam a pobreza do Piauí e a justapõem ao discurso desenvolvimentista. Em seu livro, Santana se aproxima de livros como o **Roteiro do Piauí**, publicado em 1956, pelo médico paraibano Carlos Eugênio Pôrto, e, particularmente, a **Súmula de História do Piauí**, do professor Odilon Nunes, publicada pelo Movimento de Renovação Cultural, em 1963. São discursos que mesclam história, economia e geografia e pretendem relatar a história do Piauí até o seu presente, procurando no passado as origens da pobreza piauiense e reafirmando o estereótipo de um Piauí pobre. Neles, a argumentação histórica é fortemente valorizada: história e espaço se encontram para se explicarem mutuamente, o determinismo da “terra avara” é agenciado como chave interpretativa para uma trajetória de miséria. A escrita de uma história de desmandos políticos, planos modernizadores malogrados e atividades econômicas

⁸ Cf. SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Economia Piauiense: problemas de estrutura. Econômica Piauiense*, Teresina: [s/e], v. I, n. 2, p. 80-84, abril-junho de 1957.

⁹ Cf. Id. *Evolução Histórica da Economia Piauiense*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras; Banco do Nordeste, 2001. p. 133; _____. *Estradas e caminhos. Econômica Piauiense*, Teresina: [s/e], v. III, n. 1, 2, 3 e 4, p. 90-96, janeiro-dezembro de 1959.

falidas, como a pecuária e a maniçoba, esclareceria a pobreza generalizada da sociedade.¹⁰

O que singulariza Santana, entretanto, é sua fé na possibilidade de intervenção, que romperia com qualquer determinismo espacial e apontaria para a mudança; para ele, o “Poder Central” estava pondo em prática uma política de desenvolvimento regional que atingiria eficazmente o Piauí, o que, em termos políticos significava a espera por investimento e por planejamento. A confiança de Raimundo Santana no planejamento econômico dos espaços era comum aos debates que envolveram a instituição da SUDENE e de outras instituições, tais como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), criadas pelo Estado nacional populista para promover a Região, com base na idéia cristalizada de que, por ser miserável, o Nordeste era um entrave para a industrialização do país. A institucionalização da imagem de necessidade do Nordeste constituía, assim, um redirecionamento das já tradicionais práticas regionalistas de pedido de verbas levadas à frente pelas elites nordestinas, ainda que posteriormente essas verbas não se destinassem efetivamente à assistência da Região.¹¹

Raimundo Santana, assim como Celso Furtado, se engajava na luta pela criação dessas instituições, e pela inclusão do Piauí, argumentando a favor do planejamento como caminho para a modernização e para o desenvolvimento. Para Santana e os intelectuais que compunham o Movimento de Renovação Cultural do Piauí, sobretudo para aqueles que discutiam e produziam textos para a **Econômica Piauiense**, o planejamento racional era indispensável para um espaço como o Piauí, ainda em grande medida rural, cujas práticas econômicas eram basicamente a agricultura e o comércio, depois da crise do extrativismo.

Em nome da necessidade econômica, da urgência da integração nacional e regional – que conectaria o Piauí, por meio de estradas, aos espaços que se industrializavam no “Sul” do Brasil –, a pobreza era enunciada repetidamente nos

¹⁰ Cf. PÔRTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974; NUNES, Odilon. **Súmula de História do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras; Banco do Nordeste, 2001.

¹¹ Cf. CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**. O discurso e a prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992; OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

discursos, até se configurar como estereótipo desse espaço, sendo assumida e reproduzida como identidade local, de que é exemplo a literatura piauiense e a veiculação de matérias de jornal de fora do Piauí que expunham de forma dramática imagens da pobreza.

É por isso que ao lermos discursos como o poema de Hindemburgo Dobal, com o qual iniciamos o presente texto, percebemos o quanto o Piauí aparecia, de forma naturalizada, como um espaço nordestino marcado pelo signo da pobreza. Era quase óbvio que o Estado mais pobre do Brasil se situasse no Nordeste, a Região dita como pobre e desprovida por excelência desde o início do século XX.¹²

O livro de H. Dobal, aliás, reunindo poesias modernistas compostas desde o final dos anos 1940, é sua obra que mantém uma relação mais direta com os demais discursos sobre o Piauí. **O tempo conseqüente** canta com nostalgia a variação das temporalidades e a irrupção da mudança, inventando espaços piauienses agropecuários que se encontravam em crise e se abriam mui lentamente para a modernização. Seus versos decassílabos ou livres tematizam os “campos de cinza”, onde as cabras mansas pastavam em silêncio sob o sol, e os campos alagados repletos de carnaubais, ao lado dos quais passavam os caminhões na BR transportando o gado, a cera de carnaúba, a poeira e a pobreza. É significativo que Dobal agencie novidades que apareciam naquele período, como o caminhão e a rodovia, para metaforizar a velocidade da “passagem” do tempo, e em grande medida da “passagem” dos espaços tradicionais, pois, com o avanço das relações capitalistas após a Segunda Guerra, as elites rurais piauienses também viam a pobreza chegar, enquanto “passavam” a pecuária e a economia da extração vegetal, suas fontes de renda, e, com elas, ameaçavam passar também as relações sociais oligárquicas no campo.¹³

Outros literatos também caracterizavam o Piauí como espaço naturalmente pobre, ou, antes, empobrecido pela história. O juiz João Nonon de Moura Fontes Ibiapina, que em 1958 começara a publicar sua obra regionalista em prosa também se preocupa em enunciar a pobreza do Piauí. Seu romance **Palha de arroz**, publicado em 1968, se insere nas discussões sobre a modernização dos espaços piauienses, abordando

¹² Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2006.

¹³ Cf. DOBAL, H. O tempo conseqüente. In: _____. **Poesia Reunida**. 2. ed. Teresina: Oficina da Palavra, 2005.

predominantemente a cidade de Teresina como rústica e miserável. Consistindo numa inflexão no estrito regionalismo do autor, por ser um romance urbano com estética de denúncia e de observação do cotidiano, **Palha de Arroz** é singular, ainda, por se contrapor à festividade saudosa da infância e ao lamento passadista da decadência do sertão. Em sua narrativa aflitiva, o romance tematiza aspectos sociais como a prostituição e os incêndios das casas de palha em Teresina, em um passado próximo, a década de 1940. Os espaços aí produzidos estão em permanente tensão, o que se reflete nos personagens: o mundo em guerra, o país submetido à ditadura do Estado Novo, o Piauí sem oportunidade de empregos, Teresina como capital pequena, suja e escura, povoada de pobres que vagabundavam cotidianamente.¹⁴

Os eixos temáticos ligados à pobreza, a partir do qual são pensados os espaços, em **Palha de Arroz**, são o crime, a prostituição e os incêndios.¹⁵ O tema da prostituição é um dos que mais se destaca no romance, “Palha de Arroz”, aliás, era uma das áreas da zona de prostituição da cidade, sendo repetido com frequência. A fim de montar um drama social, as falas das prostitutas lamentam a miséria que as levava quase que automaticamente a caírem na “vida”. Num espaço promíscuo, as casas têm o chão batido e são cobertas com palha, aumentando o risco de incêndios, e as próprias relações familiares não são estáveis como nas obras que abordam o sertão. O trecho abaixo indica a relação entre o espaço, a pobreza e a vida livre das mulheres:

Havia mulheres sem marido às carradas naqueles dois bairros – Palha de Arroz e Barrinha. Dois bairros irmanados, gêmeos e de iguais destinos. Iguais tanto de sofrimentos como pobreza e semodagens e demais desgraças do mundo, especialmente doenças. Muitas mulheres sem marido. Delas que um dia tiveram o seu homem legal. Outras que um dia nunca souberam o que fosse o gosto do casamento. Algumas com casas embora de palha, com camas de varas ou esteiras ou tipóia velha. Ou mesmo até dormindo, amando e parindo no chão bruto. Outros que depois do incêndio tão falado viviam por aí ao ar livre, por baixo das mangueiras. Todas, finalmente, pobres. Todas, porém, vivendo e sofrendo por conta própria. Mas amor sempre existindo por aquelas quebradas.¹⁶

Os personagens do romance migram para a Bahia, para o garimpo, para o sul, em busca de uma “terra onde pobre não sofresse tanto”. No Rio Grande do Sul, Negro

¹⁴ Cf. IBIAPINA, Fontes. **Palha de arroz**. 4. ed. Teresina: Corisco, 2004, p. 152.

¹⁵ Esses aspectos do romance foram abordados em RABELO, Elson de A. **Territórios de Crispim**: inscrições literárias da piauiensidade. 2005. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005. Capítulo 2.

¹⁶ IBIAPINA, 2004, op. cit., p. 101.

Parente não fala mais o “linguajar depravado” cheio de palavrões, próprio dos bairros pobres de Teresina, sua fala se torna gaúcha, um novo sotaque, uma nova palavra, signo de uma vida nova de trabalho, em oposição à vadiagem e à criminalidade que vivia no Piauí. Na cidade de Teresina, a pobreza nivelava e identificava os habitantes e os bairros entre si:

Mesmo, já estava tão acostumado ali, naquela rua... Boa vizinhança. Todos pobres, todos iguais. Ninguém melhor que ninguém. Rua de sossego. Na realidade, o mais cheio de movimentos dos bairros pobres. Mas havia sossego de espetáculo. Ninguém melhor que ninguém. Não se via orgulho nem presunção. Não se via vaidade. Nem bondade. Todos iguais. [...].¹⁷

Fontes Ibiapina se apropria de um dos muitos termos cunhados para nomear o Piauí como espaço pobre: significando uma prosperidade perdida, “terra do já-teve” comparece nos discursos que ajudaram a cristalizar as imagens da pobreza piauiense.¹⁸ “Terra do já-teve”, “terra da promessa”, “terras pobres do Piauí”, “terra tão pobrinha, coitada”, “pobre e infeliz Piauí”, “filho espúrio da Federação”, lugar da “maior solidão da Terra”, onde um “rio banha a miséria”, o Piauí colecionava epítetos, alcunhas e discursos que enunciavam sua pobreza e seu esquecimento, sua distância e seu exotismo.¹⁹ Além de estarem presentes na obra de Fontes Ibiapina, esses termos e enunciados, partindo de diferentes sujeitos e direções, de dentro e de fora do Piauí, reforçavam o estereótipo da pobreza, que ganhava extensões na política, na cultura e na sociedade, e condicionavam o olhar sobre o Piauí.

Para Fontes Ibiapina, se os tempos e espaços tradicionais do passado seriam de fartura, os tempos “de hoje” teriam feito emergir a figura social do pobre, representante privilegiado do “Estado mais pobre da Nação”, de um Piauí que teve seu mundo tradicional esgarçado e se lançou numa modernidade frustrada, em que o desenvolvimento nunca se efetivara como nos demais Estados. Fontes Ibiapina inventa, pois, na Literatura piauiense, a pobreza como identidade piauiense, apontando-a como

¹⁷ IBIAPINA, Fontes. **Palha de Arroz**. 4. ed. Teresina: Corisco, 2004, p. 34.

¹⁸ Cf. TERRA do já-teve. **O Dia**, Teresina, n. 353, p. 1 e 3, 06 de maio. 1956; O PIAUÍ precisa ser apoiado. **O Dia**, Teresina, n. 1.122, p. 3, 09 de set. 1963.

¹⁹ Cf. PIAUÍ, terra da promessa. **O Dia**, Teresina, n. 400, p. 1 e 3, 18 de out. 1956; NESTE pobre e infeliz Piauí. **O Dia**, Teresina, n. 355, p. 1, 13 de maio. 1956; TITO FILHO, A. Miséria e Reportagem. **O Dia**, Teresina, n. 893, p. 1, 16 de jul. 1961; DOBAL, H. O tempo conseqüente. In: _____. **Poesia Reunida**. 2. ed. Teresina: Oficina da Palavra, 2005, p. 28.

produto da modernidade, reproduzindo, assim, o estereótipo presente em outros campos discursivos.

No que se refere ao olhar e às temáticas com que é abordada a pobreza piauiense em **Palha de Arroz**, Fontes Ibiapina se aproxima do romance **Beira rio, beira vida**, publicado em 1965, pelo literato piauiense Francisco de Assis Almeida Brasil. Nascido na cidade de Parnaíba, no norte do Piauí, e vivendo no Rio de Janeiro, Assis Brasil publicara livros e artigos de crítica literária, e passava a se dedicar a ficção, apresentando grande esmero técnico na composição de seus romances. Seus enredos não eram lineares, seus focos narrativos perpassam diversos personagens e o uso da memória era feito de modo a descentrar e baralhar as temporalidades.

A partir de uma narrativa feita propositadamente de fragmentos e desencontros, **Beira rio, beira vida** descreve o cotidiano dos grupos sociais pobres do cais de Parnaíba, como os estivadores, os marinheiros e especialmente as prostitutas, acompanhando, em primeira pessoa, o retrocesso que a personagem Luíza faz lembrando a trajetória repetida das gerações de mulheres prostituídas em sua família. À beira do rio, na cidade de Parnaíba, as prostitutas esperavam a chegada de homens, barcos e mercadorias. À beira do rio, Assis Brasil as situa também à beira da vida, à margem das elites da sociedade parnaibana, morando em barracões, dormindo em redes pobres. Narrando, a personagem Luíza tece fios e costura roupas velhas e vestidos de boneca, tecendo também suas memórias, num trabalho de exorcismo do passado que sua família vivera no cais.²⁰

E, no entanto, apesar de ter uma técnica narrativa inovadora, **Beira rio, beira vida** atualiza, em termos temáticos, o estereótipo da pobreza do Piauí. A cidade de Parnaíba católica e conservadora, o cais miserável, promíscuo e decadente com o declínio das exportações da economia extrativa, o aspecto documental e dramático com que o autor imagina a vida das prostitutas, são, todos, aspectos que reiteram a idéia de “província”, de atraso e de pobreza piauiense, o que era confirmado, por exemplo, por um sujeito de fora do Piauí, companheiro de geração de Assis Brasil, o literato cearense José Alcides Pinto.²¹

²⁰ Cf. BRASIL, Assis. Beira rio, beira vida. In: _____. **Tetralogia piauiense**. Rio de Janeiro: Ediouro, [s/d]. p. 17-132.

²¹ Cf. PINTO, José Alcides. Um painel social. In: Ibid., p. 261-263.

Simultânea a essa produção discursiva sobre o Piauí em nível local, revistas e jornais de fora, baseados ou não em relatos de repórteres, também caracterizavam o espaço piauiense com imagens da pobreza e da rusticidade. A reação dos piauienses era ambígua: por um lado, os jornais de Teresina transcreviam estas reportagens para que os leitores delas discordassem ou a elas aderissem ao se identificarem; por outro lado, na tentativa de dar respostas aos discursos emitidos em nível nacional, os piauienses ora receavam ante os perigos do estereótipo da pobreza, ora assumiam que o Piauí era “realmente um Estado pobre e subdesenvolvido”.²²

Assim como o discurso da Economia, de Raimundo Santana e dos articulistas da revista **Econômica Piauiense**, outros enunciados do período também casavam a imagem da pobreza com a questão desenvolvimentista. O Piauí seria, portanto, um espaço pobre, sem “recursos financeiros com que se fazer, se realizar, se construir algo que pudesse projetá-lo”, cuja população “sobrevive porque Deus a ajuda no seu estoicismo, na sua bravura indômita”; mas possuiria uma natureza fecunda e potencialmente produtiva, com “cidades de terras ricas recobertas de água nascente, terras férteis, tucunzais, babaçuais e carnaubais”, com muitos rios, jazidas minerais, bastando que se investisse economicamente para que o Estado alcançasse o progresso e o desenvolvimento.²³

É assim que em seu enunciado, escrito no Rio de Janeiro, Pimentel Gomes definia a localização do Piauí e do Maranhão no “Meio Norte” e oscilava entre a enunciação da pobreza e o desenvolvimentismo. Destacando a peculiaridade dos dois Estados, que pertenceriam a uma zona de transição entre o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, o articulista ressaltava que “em que pesem os seus imensos recursos naturais, maiores que os do Nordeste, de aproveitamento mais fácil que os do Norte, é o mais atrasado e o mais pobre trecho do país”, a “Gata Borracheira da República”, sendo preciso o incremento dos transportes para povoar o espaço, a construção de estradas de rodagem, no limite, a integração espacial para resolver o problema do atraso.²⁴

Mesmo ao procurar produzir uma noção do Piauí e da natureza piauiense para retirar o Estado da obscuridade e do esquecimento, os enunciados de fora recorrem ao estereótipo da pobreza. Em 1961, o jornal **O Dia** transcreve um artigo de autoria do

²² SILVA, Cunha e. Realidade piauiense. **O Dia**, Teresina, n. 952, p. 4, 22 de fev. 1962.

²³ Cf. REIS, Benedito Soares dos. Aspectos do Piauí. **O Dia**, Teresina, n. 1.062, p. 2-3, 06 de jan. 1963.

²⁴ Cf. GOMES, Pimentel. Os chapadões do Meio Norte. **O Dia**, Teresina, n. 620, p. 4, 30 de nov. 1958.

paulista Delmiro Gonçalves que se inicia com uma queixa por conta de um lapso de memória de Mário de Andrade. Consta que na viagem que este empreendera por alguns Estados brasileiros, segundo o projeto modernista de conhecimento da vastidão do Brasil, viagem que resultara no livro **O turista aprendiz**, o Piauí havia sido excluído do roteiro. Segundo a anedota de Delmiro, Mário estava relatando a um amigo as “belezuras” que vira, e eis que de repente, tendo sido interrogado sobre o Piauí, “espantado e boquiaberto, com toda aquela boca imensa que a natureza lhe dera, Mário respondeu pondo as mãos na cabeça: — Esqueci o Piauí!!!”.²⁵ Curiosa é a maneira como Delmiro destaca sua diferença em relação a Mário e sua forma de se “lembrar” do Piauí:

Pois eu não esqueci o Piauí. Nunca esqueci, embora em minhas andanças de repórter pelo Norte e Nordeste, jamais tivesse passado por lá. Tenho mesmo um secreto carinho por aquela terra tão pobrinha, coitada, mas tão simpática, naquele esforço espremido que tem para atingir o mar, um marzinho anêmico e humilde perto dos Estados vizinhos, que se derramam naquele verde despudorado de lindo pela costa afora.²⁶

Delmiro Gonçalves procurava situar o Piauí partindo da idéia do vazio que ele ocupava na Nação. O articulista resvalava facilmente na ambivalência: entre inscrever uma memória indireta de um espaço desconhecido e “lembrar o esquecimento” de Mário de Andrade, entre o maravilhar-se pelo que existe de despudorado de lindo na natureza dos Estados vizinhos e o lamentar-se pelo que é apenas anêmico e humilde na natureza piauiense.

No mesmo tema da natureza piauiense e de sua relação com a pobreza e o potencial produtivo, uma crônica de João Jacques, do jornal **O Povo**, de Fortaleza, é transcrita em Teresina. Com a metáfora do litoral como olho estreito ou do Estado como loja empoeirada, escondida e sem propaganda, o cronista lamenta a estreiteza do litoral piauiense e diz ainda que o Piauí, por motivos políticos, não expandia economicamente nem alcançava um “lugar ao sol nas cogitações nacionais”. Diz João Jacques:

Cada dia me convenço mais da necessidade de um bom serviço de realizações públicas [sic] para cada estado da Federação, sobretudo para aquelas unidades que não tem o mar por vitrine e se escondem no fundo da loja sob a poeira do tempo e as casas de aranha do esquecimento oficial.

²⁵ GONÇALVES, Delmiro. Eu não esqueci o Piauí. **O Dia**, Teresina, n. 845, p. 2, 26 de jan. 1961.

²⁶ Ibid.

Piauí, por exemplo, é um caso flagrante da falta absoluta de propaganda e contactos com a União. Parece um quisto intercostal espremido ou barrado entre dois sistemas, um de serras e outro potamográfico, com “olho” ou saída muito estreita para o oceano. A política de corrilho tem obstaculado sobremaneira a expansão econômica ou mesmo um lugar ao sol nas cogitações nacionais.²⁷

Ao verem e dizerem o Piauí como “gata borralheira”, terra tão pobrinha e sem expansão econômica, os enunciados de Pimentel Gomes, Delmiro Gonçalves e João Jacques, bem como o interesse por sua transcrição pelo jornal piauiense, indicam a recorrência discursiva que construía o estereótipo da pobreza piauiense. No Piauí, os articulistas também tematizavam a pobreza se esbatendo nos jornais contra a ausência de projetos e iniciativas no sentido do desenvolvimento econômico. Ora, tal conviência, que levava os piauienses a aderirem à pobreza como identidade cultural, enunciando-a, se explica pela limitação que as práticas desenvolvimentistas oficiais sofriam no Piauí, dando um rumo particular ao conteúdo dos discursos, os quais compunham a estratégia dos grupos sociais de lamentarem, cobrarem e pedirem às instâncias governamentais.

No Piauí, a atuação do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, ao pretender a integração espacial do país, inédita em relação à que fora tentada pelos governos anteriores, se reduziu predominantemente à abertura de estradas para ligar as cidades entre si e aproximar o território piauiense aos Estados vizinhos, como o Maranhão, o Ceará, Pernambuco e Bahia. A partir da criação da SUDENE, a tradicional falta de uma camada burguesa piauiense que representasse a iniciativa privada inviabilizava os projetos industriais desenvolvimentistas no Piauí, aspecto da sociedade piauiense que Raimundo Santana concluía em seus estudos, e que levava à espera pelo planejamento e pela intervenção paternalista do governo.

Apoiando-se na idéia de que era preciso uma atuação enérgica por parte do Estado nacional com vistas ao desenvolvimento, as elites políticas piauienses assumirão as mesmas bandeiras que a revista **Econômica Piauiense** levantara no final dos anos 1950 e farão das instâncias estatais o foco das lutas por seus interesses e pela modernização dos espaços, requerendo o aproveitamento da navegabilidade dos rios, a construção de um porto no litoral, e notadamente, a industrialização da economia

²⁷ JACQUES, João. Homens e coisas do Piauí. **O Dia**, Teresina, n. 826, p. 2, 20 de nov. 1960. Mais à frente, o autor diz “relações públicas”, por isso entendemos ter havido erro tipográfico em “realizações públicas”.

extrativa e o incremento da pecuária. Estas duas últimas propostas, se concretizadas, fariam retornar a prosperidade antiga do sertão, segundo se propunha.

O General Gayoso e Almendra, por exemplo, ex-governador do Estado, proprietário de terras no norte do Piauí e um dos principais líderes da luta pecuarista, proferira conferências e escrevera uma série de artigos sobre a relação identitária entre a pecuária, a terra e a história piauienses. Segundo ele, a pecuária seria a “raiz” profunda da economia do Piauí, “dela e para ela” os piauienses sempre viveram, devendo-lhe “a sua formação, a estrutura de sua vida”, não sendo admissível abandoná-la, porque seria atentado “contra o passado, o presente e o futuro da nossa terra”, nem implantar qualquer tentativa de reforma agrária, como começava a se discutir em todo o Nordeste, porque se as propriedades fossem divididas, seriam extintos os latifúndios reservados à criação extensiva do gado.²⁸

Com o auxílio da SUDENE, o governo do Piauí investia junto à infra-estrutura básica, na agricultura, na pecuária e na abertura das empresas de economia mista que visavam melhorar o abastecimento e a prestação de serviços como energia elétrica, água e telefonia – lembrando que, por seu caráter misto, tais empresas já indicavam a debilidade do governo piauiense em dar conta dos serviços. Além disso, o mesmo governo modifica espacialmente a cidade de Teresina e organiza sua burocracia administrativa, ampliando e modificando a estrutura de empregos, e fazendo surgir um novo grupo social urbano, composto de funcionários dependentes do Estado, dispostos, conforme as circunstâncias, a lamentarem e enunciarem o quanto o Piauí era pobre.²⁹

Quando o Piauí se insere definitivamente na política desenvolvimentista da SUDENE, nos anos 1960, os discursos partem da febre estatística que caracterizou a Economia nos anos 1950 e nomeiam, com ênfase crescente, o Piauí como “o Estado mais pobre do Brasil”, apontando as causas do permanente subdesenvolvimento piauiense na “falta de operosidade e clarividência de seus administradores”.³⁰

²⁸ Cf. ALMENDRA, Gayoso e. A pecuária e o homem. **O Dia**, Teresina, n. 762, p. 1-4, 10 de abr. 1960; _____. A pecuária e a história. **O Dia**, Teresina, n. 780, p. 1 e 5, 12 de jun. 1960.

²⁹ Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 195-214. 2007.

³⁰ SILVA, Cunha e. As causas do subdesenvolvimento do Piauí. **O Dia**, Teresina, n. 845, p. 4, 26 de jan.1961.

Conforme as imagens da necessidade material e da penúria, os enunciados jornalísticos de dentro do Piauí, emitidos no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 se mostram repletos dos mesmos conceitos de “esquecimento”, “atraso”, “subdesenvolvimento”. De acordo com as mais diversas situações cotidianas, desde a falta de víveres no comércio até a presença excessiva de cães e de buracos nas ruas de Teresina, os articulistas de jornal buscavam definir e compreender o Piauí, denunciando as administrações por parte do governo estadual, o desinteresse dos representantes piauienses em defender nacionalmente seu Estado e a desatenção federal. Esses cronistas articulavam, na linguagem, a situação social da pobreza, os “problemas”, o “esquecimento”, a “realidade piauiense”, contribuindo ainda mais para a fixação do estereótipo.³¹ Vejamos, por exemplo, um discurso do professor Cunha e Silva, que escrevia com frequência para o jornal **O Dia**:

[...] tenho pena das condições em que se encontra o nosso Estado, em matéria de instrução pública, de transportes, de higiene, de desenvolvimento industrial, comercial e agrícola, e até mesmo de pecuária, quando se sabe que o Piauí já ocupou lugar dos mais destacados entre os Estados criadores do Brasil. Entre os Estados subdesenvolvidos do Brasil, o Piauí está na dianteira. Ora, isto é uma tristeza para nós, piauienses.³²

Os conceitos presentes nesses discursos procuravam alcançar efeitos políticos concretos: o “esquecimento”, em particular, institui a imagem de um espaço mal-administrado, empobrecido e abandonado, definindo uma forma de ver e dizer o espaço num momento decisivo, a fim de que o Piauí fosse incorporado às novas práticas regionalistas e entrasse na integração nacional por meio das idéias do abandono e do esquecimento que caracterizavam o Nordeste. O tema do esquecimento vem à tona em virtude de condições e interesses específicos, através da denúncia, do lamento identitário, da reivindicação de que o “atraso” fosse solucionado e que o Brasil passasse a perceber e assistir o Piauí.

Apesar de aceito, repetido e subjetivado no Piauí – como mostram as muitas expressões jocosas e a apropriação estratégica por representantes políticos que reiteravam os pedidos por verbas junto às esferas locais, regionais e federais –, o

³¹ Cf. PIAUÍ esquecido. **O Dia**, Teresina, n. 856, p. 1 e 3, 05 de mar. 1961; SILVA, Cunha e. Terra esquecida. **O Dia**, Teresina, n. 921, p. 6, 22 de out. 1961; _____. Problemas piauienses. **O Dia**, Teresina, n. 389, p. 2 e 6, 09 de set. 1956.

³² SILVA, Cunha e. As causas do subdesenvolvimento do Piauí. **O Dia**, Teresina, n. 845, p. 4, 26 de jan. 1961.

estereótipo da pobreza provocava enorme desconforto ao ser propagado “indevidamente” por matérias de jornais e revistas de fora, que eram acusados, então, por exagero, desrespeito e injustiça. A revista **Fatos e Fotos** publica, em julho de 1961, uma reportagem da autoria de Araken Távora intitulada “Piauí, um rio banha a miséria”, procurando explorar e dar a conhecer exoticamente um espaço desconhecido no Sul do país. A reportagem foi recebida de maneira dúbia na imprensa de Teresina: temendo a fixação do estereótipo, e ao mesmo tempo procurando não negar as “verdades” que estariam sendo veiculadas, os comentários à reportagem inicialmente se opõem à atribuição de aspectos rústicos ao Piauí, exemplificados nas fotos de “[...] lavadeiras, jumentos, mulher de cachimbo acocorada”.³³

Arimathéia Tito Filho refuta as imagens escolhidas pela revista para caracterizar o Piauí, como a do casamento de uma mulher grávida com um tuberculoso num “casebre debaixo da ponte do Poti”, da “água poluída do Parnaíba [que] é dada para o povo beber”, da lotação dos hospitais públicos. Sobre o que era dito a respeito das crianças na escola – que, em virtude da pobreza, teriam sido dispensadas de comparecerem às aulas com roupas e calçados, daí o lançamento de uma campanha chamada “De pé no chão também se aprende a ler”, pela prefeitura de Teresina –, Tito Filho retifica, com veemência, que a campanha “pertence” ao prefeito de Natal, no Rio Grande do Norte, e não ao de Teresina.

Tito Filho diz que Araken Távora se excedeu na “pintura dos aspectos miseráveis”. Entretanto, ao citar, na mesma matéria, um tópico do **Diário de Notícias**, do Rio de Janeiro, sobre os desvios de verbas federais no Piauí, concorda com o jornal, afirmando que “é tristíssima a realidade piauiense”. Para o cronista piauiense, o problema do Piauí não era natural, era social e político, os jornalistas deveriam desprezar “fotografias de jumentos para que se dessem ao trabalho de reproduzir o luxo insultante de alguns ao lado dos quadros hediondos da miséria nas ruas”, deixando de “anotar e reproduzir desgraça e ridículo” e denunciando os “insaciáveis exploradores de homens, mulheres e crianças”.³⁴

Ao culpar Araken Távora por ter chamado a atenção “através de relatos carregados de tintas negras, do extravasamento de um pessimismo doentio”, a resposta

³³ TITO FILHO, A. Miséria e Reportagem. **O Dia**, Teresina, n. 893, p. 1, 16 de jul. 1961.

³⁴ Id. Miséria e Reportagem. **O Dia**, Teresina, n. 893, p. 1, 16 de jul. 1961.

de Olympio Costa à reportagem de **Fatos e Fotos** termina sendo igualmente ambígua. Assim como Arimathéia Tito Filho, em seu enunciado, Olympio Costa pretende demonstrar mal-estar com o que pareça exagero, mas quer preservar a enunciação da pobreza piauiense – lembrando que o Piauí é pobre e atrasado –, a fim de ter motivos para que o Estado solicitasse auxílios federais. Depois de apontar a seca, a “chaga” do analfabetismo, a “ausência quase que integral do amparo do Governo Federal” ao Piauí, Olympio Costa ainda dialoga com o discurso desenvolvimentista, destacando o que era aproveitável na natureza para o desenvolvimento: apesar da pobreza, o território piauiense seria um dos “maiores potenciais econômicos da Federação”, contando com abundância de matérias-primas, solo e minerais.³⁵

O Piauí ganhava lugar destacado dentro dos estereótipos de pobreza e necessidade do Nordeste: quando se falava em desigualdade regional entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, desigualdade que permanecia apesar das iniciativas da SUDENE, o Piauí era incluído e caracterizado na Região “mais pobre do país”, mesmo vivendo um “clima de alegria e confiança” diante do desenvolvimento propagandeado com a construção da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança.³⁶ Assim, uma reportagem da revista **O Cruzeiro** publicada em 1965, com o título “As Lavadeiras do Parnaíba”, se por um lado incomoda visivelmente o piauiense Francisco Leandro de Sousa, por outro lado suscita uma defesa em nome do Piauí e do Nordeste. Sua carta de protesto, publicada pelo jornal **O Dia**, recusa a assimilação fácil que a revista fizera entre lavadeiras, pobreza e o Piauí:

[...] preferiram [os repórteres] falar da miséria, como se miséria fosse uma particularidade do Piauí. Miséria ao cubo, miséria ao quadrado, miséria vezes miséria, miséria somada com miséria, dividida por miséria, multiplicada por miséria e outras misérias mais. [...] Será que em todo esse imenso Planeta, só exista miséria no Piauí e lavadeiras só no rio Parnaíba? Por que esses pobres diabos não falam sobre outra coisa?³⁷

Em seguida, Francisco Leandro questiona a homogeneização estereotípica que é feita do Nordeste e do Piauí quanto à pobreza, interrogando por que a reportagem só vê o “lado ruim”, e não as “grandes obras” que vinham sendo realizadas, como a

³⁵ Cf. COSTA, Olympio. Piauí – uma reportagem avilta o Estado. **O Dia**, Teresina, n. 895, p.1, 23 de jul. 1961.

³⁶ Cf. O PIAUÍ e o Nordeste. **O Dia**, Teresina, n. 2.361, p. 3, 21 de fev. 1968.

³⁷ PIAUIENSE também quer saber de coisas boas do Piauí. **O Dia**, Teresina, n. 1.604, p. 11, 25 de jul. 1965.

construção de Boa Esperança. Após lançar seu olhar sobre outros espaços, como as “podres favelas” de São Paulo, da Guanabara, de Belo Horizonte e de Brasília, que poderiam também ser objeto de reportagens, o autor da carta utiliza noções euclidianas sobre o sertanejo forte para argumentar em favor das lavadeiras nordestinas e rebater o que a reportagem dissera sobre seu cansaço e sua tristeza: “as mulheres do Nordeste são resistentes talvez mais que os homens do Sul, e não são tristes, como afirmaram os dois ‘aventureiros’ fantasiados de repórteres”. A pobreza piauiense era repetida nos enunciados até se tornar um estereótipo sobre o Piauí, que passava a operar, como todo estereótipo, com caráter metonímico, selecionando uma parte para representar o todo, dando visibilidade à miséria e à rusticidade e apagando os demais aspectos da sociedade e da cultura piauienses, e era isso que incomodava a Francisco Leandro de Sousa.

Em 1969, a revista **O Cruzeiro** publica uma reportagem sobre o Piauí, de autoria de Cláudio Renato Kuck e José Araújo. Os repórteres, segundo as queixas à matéria, estiveram no Piauí, tendo sido bem recebidos em clubes e banquetes por representantes das elites. Interrogados sobre suas intenções, teriam respondido: “Queremos apenas mostrar ao Brasil o que é o Piauí”.³⁸ O resultado foi uma matéria chamada “É hora de salvar o Piauí” tratando de economia, saúde e condições sociais da população piauiense. Se a intenção da revista era “salvar o Piauí”, em outro exemplo da abordagem do subdesenvolvimento articulada à enunciação da pobreza, a reportagem foi entendida, entretanto, como deboche, como um “vão rasante” que desconhecia o Estado em sua profundidade. Tendo em vista a regularidade desses discursos, cogitava-se que a matéria fazia parte de um “ciclo anti-Piauí”, semelhante ao “ciclo anti-Ceará” e ao “ciclo anti-Bahia”, produzidos no Sul para depreciar a imagem dos dois Estados.³⁹

A ambigüidade das reações se multiplicavam: a articulista Maria Amélia de Araújo festeja a reportagem de **O Cruzeiro** e agradece aos autores, pois, mesmo não concordando com o título, a articulista viu aí um momento em que “o nome do Piauí apareceu”. A matéria, como Maria Amélia acreditava, havia deixado um “reboiço excitante” no ar e no íntimo dos piauienses, dando “ensejo a que nós nos defendêssemos

³⁸ REVISTA carioca dá continuidade ao ciclo do deboche. **O Dia**, Teresina, n. 2.762, p. 1, 29/30 de jun. 1969.

³⁹ Cf. O CICLO Anti-Piauí. **O Dia**, Teresina, n. 2.764, p. 1, 02 de jul. 1969.

e fôssemos à frente da luta”, tendo se tornado uma provocação para que o Piauí acordasse.⁴⁰

No mesmo sentido de ponderar a contribuição da reportagem, Altevir Alencar situa o efeito que ela causara; em sua opinião, o discurso jornalístico precisava manter sua função de denúncia, como forma de explicitar a necessidade da mudança. Altevir Alencar via quase uma relação de determinação dos enunciados sobre o campo das práticas: ele acreditava que os espaços piauienses eram tocados pelos “tentáculos do progresso” exatamente por causa da ação da imprensa, que “batia” ao expor as mazelas, mas “soprava” ao abrir caminho para a solução.⁴¹

Em boa medida, a história viria a mostrar que Altevir Alencar acertara em sua avaliação: fora a intensa e repetitiva enunciação da pobreza do piauiense, até à cristalização do estereótipo, que justificara as políticas desenvolvimentistas aplicadas de modo cada vez mais acentuado no Piauí, especialmente durante a euforia modernizadora ocorrida após o golpe civil-militar, que servia para legitimar o regime, notadamente no início dos anos 1970, período do chamado “milagre econômico” brasileiro.⁴² Entretanto, como todo estereótipo abriga a ambigüidade, a identidade da pobreza piauiense, ainda recorrentes no presente, não cessaram de incomodar e de ser determinantes para a política, para a cultura local e para a forma como o Estado é visto nacionalmente.

⁴⁰ Cf. ARAÚJO, Maria Amélia. É hora de acordar. **O Dia**, Teresina, n. 2.781, p. 6, 24 de jul. 1969.

⁴¹ Cf. ALENCAR, Altevir. Bater e soprar. Teresina. **O Dia**, Teresina, n. 2.814, p. 6, 25 de set. 1969.

⁴² Cf. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 195-214, 2007.